



ITEP/OS
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP/OS
Recife – PE

1. Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP/OS** ("Entidade"; "ITEP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP/OS** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas, e ainda em observação às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 - Resolução CFC nº 1.409/2014).

2. Base para opinião com ressalva

a) A Entidade apresenta em 31 de dezembro de 2022, nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível" o montante de R\$ 28.288.004, equivalente a 64% dos seus ativos. Parcela significativa do saldo dos ativos imobilizados decorrem de bens incorporados mediante convênios e/ou contratos de gestão mantidos com entidades governamentais para execução do plano de trabalho dos projetos conforme instrumentos jurídicos pertinentes, cujos saldos estão incluídos na rubrica "Recursos de Projetos em Execução" no passivo não circulante.

Os atuais controles não permitem sua compatibilização com os saldos contábeis, bem como por revisão de valores econômicos e do consequente ajustamento dos percentuais de depreciação em razão de suas vidas úteis econômicas. Por esse motivo não vêm sendo procedidos os registros da correspondente depreciação acumulada ao longo dos últimos exercícios. Dessa forma, não nos foi praticável, nas circunstâncias, aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitisse concluir sobre a adequação desses saldos em 31 de dezembro de 2022, e seus reflexos nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

b) Conforme evidenciado nas Notas Explicativas 6 e 14 às demonstrações contábeis, foi procedido reconhecimento, no ativo circulante, do valor total do primeiro termo aditivo do Contrato de Gestão de 2018 (SECTI/2018-2022), datado de 01.10.2022, em contrapartida ao passivo não circulante (recursos a aplicar) e, nas ocasiões dos recebimentos, há o reconhecimento de receita sem correlação com a execução físico-financeira dos projetos, em desacordo com a NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, que orienta o reconhecimento da receita nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados às subvenções que são objeto.

c) A Entidade é parte em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração da Entidade. Mediante informações da Coordenadoria Jurídica do ITEP, fomos informados da existência de processos trabalhistas e cíveis com possibilidade de perda provável em montante aproximado de R\$ 1.294.762 e que a Entidade optou por não reconhecer quaisquer provisões para desfechos desfavoráveis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina –
Recife/PE – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
CEP: 51.011-180
Fone: (81) 3467.4565
www.phfauditores.com.br

BELO HORIZONTE

Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfauditores.com.br

3. Ênfase

Apresentação das demonstrações contábeis e notas explicativas

O Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC prevê como características qualitativas de apresentação, entre outros, a representação fidedigna, a materialidade, a comparabilidade e compreensibilidade, e a relevância.

As demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas apresentadas pela Entidade carecem de melhor forma de apresentação especialmente no que diz respeito a apresentação inadequada de ajustes de exercícios anteriores. Conforme apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, a Entidade procedeu ao registro de “ajustes de exercícios anteriores” no montante líquido de R\$ 2.176.844 credor (R\$ 4.418.195 devedor em 2021), relativamente a ajustes e regularizações de diversos saldos remanescentes de outros exercícios.

Como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, a adoção do procedimento requer a reapresentação das demonstrações contábeis do(s) ano(s) anterior(es) e a correspondente elaboração de nota explicativa, todavia, a Entidade optou por não apresentar referida formatação.

4. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis indicam que a Entidade, em 31 de dezembro de 2022, apresenta patrimônio social negativo (passivo a descoberto) de R\$ 11.371.358. Essa condição indica a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa em continuidade normal dos negócios e não incorporam quaisquer ajustes contábeis que seriam necessários na hipótese de uma descontinuidade operacional.

5. Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório, emitido em 22 de julho de 2022, continha modificações com relação **(i)** à compatibilização dos saldos contábeis e extracontábeis das contas a receber e a pagar (financeiro) cujo assunto foi equacionado; e **(ii)** aos saldos do ativo imobilizado, intangível e de provisões para contingências, comentados na Seção “base para opinião com ressalva” anteriormente descrita.

6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil para Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 - Resolução CFC nº 1.409/2014) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



RECIFE

Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina –
Recife/PE – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
CEP: 51.011-180
Fone: (81) 3467.4565
www.phfaudidores.com.br

BELO HORIZONTE

Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfaudidores.com.br

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

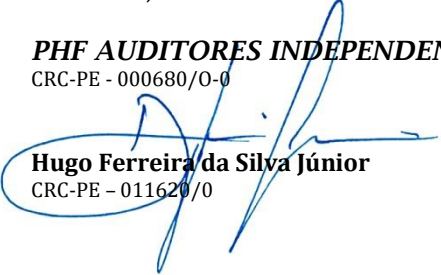
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife - PE, 14 de novembro de 2023.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE - 000680/O-0



Hugo Ferreira da Silva Júnior

CRC-PE - 011620/O

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina -
Recife/PE - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
CEP: 51.011-180
Fone: (81) 3467.4565
www.phfaudidores.com.br

BELO HORIZONTE

Rua Rodrigues Caldas, 726 - Sala 1204 - Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfaudidores.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021**(Em Reais)**

	Notas Explicativas	2022	2021
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.001.621	513.141
Contas a receber	5	1.080.193	1.220.577
Recursos de projetos a executar	6	12.627.849	-
Adiantamentos a empregados e fornecedores		-	112.274
Depósitos e cauções	7	1.026.508	4.861.915
Tributos a compensar e outros		10.258	500.627
		15.746.429	7.208.534
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos		-	27.959
Imobilizado	8	25.892.089	25.892.089
Intangíveis	9	2.395.915	2.395.915
		28.288.004	28.315.963
TOTAL DO ATIVO		44.034.433	35.524.497
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			
CIRCULANTE			
Fornecedores		1.574.551	6.634.162
Obrigações com empregados	10	4.193.424	5.862.312
Obrigações tributárias	11	2.534.555	3.268.654
Empréstimos e financiamentos		261.283	342.004
Parcelamentos de obrigações com contratos	13	273.694	290.659
Outros		22.251	226.532
		8.859.758	16.624.323
NÃO CIRCULANTE			
Recursos de projetos em execução	14		
- Recursos a aplicar		12.627.849	2.596.150
- Bens de terceiros		23.138.510	23.138.510
		35.766.359	25.734.660
Obrigações tributárias	11	7.206.484	6.667.386
Acordos de processos cíveis	12	2.190.019	-
Parcelamentos de obrigações com contratos	13	1.383.171	1.625.575
		46.546.033	34.027.621
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Patrimônio social		927.639	927.639
Déficit acumulado		(12.298.997)	(16.055.086)
		(11.371.358)	(15.127.447)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		44.034.433	35.524.497

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em Reais)

	Notas Explicativas	2022	2021
Receitas operacionais			
Receita de serviços	15	6.101.528	5.597.483
Recursos do Estado de Pernambuco		7.560.790	5.201.533
Receitas financeiras	16	47.310	9.314
Receita de aluguéis		13.484	12.144
Outras receitas		-	9.244
		13.723.112	10.829.718
Despesas operacionais			
Pessoal	17	(7.219.598)	(6.972.793)
Serviços de terceiros		(1.475.272)	(1.475.352)
Material de consumo		(508.194)	(594.929)
Despesas de viagens		(24.552)	(76.815)
Impostos e taxas		(179.670)	(182.433)
Manutenções		(244.275)	(396.563)
Energia Elétrica		(828.412)	(824.656)
Despesas financeiras	18	(711.631)	(1.223.146)
Demais despesas		(952.263)	(897.641)
		(12.143.867)	(12.644.328)
Superávit / (Déficit) do exercício		1.579.245	(1.814.610)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em Reais)

	Patrimônio Social		Déficit Acumulado		Total
Saldos em 31.12.2020	927.639	(	9.822.281	)(	8.894.642)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(	4.418.195	)(	4.418.195)
Déficit do exercício	-	(	1.814.610	)(	1.814.610)
Saldos em 31.12.2021	927.639	(	16.055.086	)(	15.127.447)
Ajustes de exercícios anteriores	-		2.176.844		2.176.844
Superávit do exercício	-		1.579.245		1.579.245
Saldos em 31.12.2022	927.639	(	12.298.997	)(	11.371.358)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em Reais)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	1.579.245	(1.814.610)
Ajustes para conciliar o déficit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
- Baixas de investimentos	27.959	-
- Ajustes de exercícios anteriores	<u>2.176.844</u>	<u>(4.418.195)</u>
	<u>3.784.048</u>	<u>(6.232.805)</u>
(Aumento) / Redução de Ativos		
Contas a receber	140.384	878.718
Recursos de projetos a executar	<u>(12.627.849)</u>	-
Adiantamentos a empregados e fornecedores	112.274	1.628.507
Depósitos e cauções	3.835.407	<u>(2.891.143)</u>
Almoxarifado	-	1.010.412
Tributos a compensar e outros	<u>490.369</u>	<u>95.215</u>
	<u>(8.049.415)</u>	<u>721.709</u>
Aumento / (Redução) de Passivos		
Fornecedores	<u>(5.059.611)</u>	574.832
Obrigações com empregados	<u>(1.668.888)</u>	1.448.973
Obrigações tributárias	<u>(195.001)</u>	<u>(231.568)</u>
Empréstimos e financiamentos	<u>(80.721)</u>	63.884
Recursos de projetos em execução	10.031.699	1.648.570
Parcelamentos de obrigações com contratos	<u>(259.369)</u>	1.916.234
Acordos de processos cíveis	2.190.019	-
Outros	<u>(204.281)</u>	<u>(116.089)</u>
	<u>4.753.847</u>	<u>5.304.836</u>
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES	<u>488.480</u>	<u>(206.260)</u>
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições ao ativo - investimentos	-	<u>(14.775)</u>
Adições ao ativo - imobilizado	<u>-</u>	<u>(38.407)</u>
	<u>-</u>	<u>(53.182)</u>
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	<u>488.480</u>	<u>(259.442)</u>
Representados por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	513.141	772.583
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>1.001.621</u>	<u>513.141</u>
Variação líquida no caixa	<u>488.480</u>	<u>(259.442)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**(Valores expressos em Reais)****1. Informações gerais**

A Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP/OS, é constituída sob a forma jurídica de associação civil de direito privado sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o nº 05.774.391/0001-15, qualificada como Organização Social – OS, através do Decreto nº 26.025, de 14 de outubro de 2003.

O âmbito de atuação do ITEP se estende por todo o território nacional e fora dele, através de representações que venham a se estabelecer, a critério do Conselho de Administração, as quais deverão se submeter e reger-se-ão pelas disposições estatutárias e pelo Regimento Interno.

O ITEP/OS tem como missão gerar e difundir conhecimentos, prestar serviços especializados, realizar pesquisa aplicada, formar recursos humanos qualificados em Ciência e Tecnologia, promover a inovação e a competitividade tecnológica, visando o desenvolvimento socioeconômico ambientalmente sustentável e a melhoria da qualidade de vida, em particular do Estado de Pernambuco e, em geral, da região Nordeste e do País.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Por ser uma Entidade sem finalidade de lucros, aplicam-se os Princípios de Contabilidade e Interpretações Técnicas contidas na Resolução CFC nº 1409, de 21 de setembro de 2012, que aprova a ITG (Norma Brasileira de Contabilidade - Interpretação Técnica) 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Também se aplica, quando o caso requer, a NBC TG (Norma Brasileira de Contabilidade Geral) 1000 – Contabilidade para Pequena e Médias Empresas. As receitas e as despesas são reconhecidas respeitando-se o regime contábil de competência. Quando ocorridas, as doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG (Norma Brasileira de Contabilidade) 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14 de novembro de 2023.

3. Principais políticas contábeis

a) Moeda Funcional. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Entidade são mensurados usando a moeda do ambiente econômica no qual atua. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$).

b) Caixa e equivalentes de caixa. Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, conforme descrito na nota explicativa 4.

c) Imobilizado. Os bens que compõem o imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição deduzidos da depreciação, conforme descrito na nota explicativa 8.

d) Recursos de Projetos em execução

Parcela significativa do balanço patrimonial é representada pelos saldos oriundos dos contratos e convênios a executar. As entradas e saídas dos recursos destinados à execução dos projetos são registradas em contas individuais do ativo e do passivo não circulantes, conforme descrito na nota explicativa 14.

e) Demais Ativos circulantes e não circulantes. Estão registrados de acordo com as condições contratadas, sendo classificados como não circulantes os com vencimento após o encerramento do exercício subsequente, ou sem previsão definida de realização.

f) Obrigações com fornecedores, sociais e tributárias, e demais obrigações. Estão registrados tendo por base as condições contratuais e a legislação vigente, sendo classificados como não circulantes os com vencimento após o encerramento do exercício subsequente, ou sem previsão definida de liquidação.

g) Imposto de Renda e CSLL. Considerando a atividade exercida pela Entidade, eis que essa não é sujeito passivo de obrigações tributárias, na qualidade de contribuinte.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
• Fundos de caixa	18.150	18.150
• Bancos contas movimento	20.073	27.596
• Aplicações financeiras	963.398	467.395
	<u>1.001.621</u>	<u>513.141</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
• Clientes		
- Clientes – Prestação de serviços	607.361	722.879
- Duplicatas terceiros	-	173.307
	<u>607.361</u>	<u>896.186</u>
• Mensalidades de terceiros		
- Mestrado	472.832	267.700
- Outros (Aluguéis de salas e cartões de crédito)	-	56.691
	<u>472.832</u>	<u>324.391</u>
	<u>1.080.193</u>	<u>1.220.577</u>

6. Recursos de projetos a executar

O saldo contábil no ativo teve como contrapartida o passivo (vide Nota 14) e refere-se ao valor a receber do primeiro termo aditivo do Contrato de Gestão de 2018 (SECTI/2018-2022), datado de 01.10.2022, em R\$ 14.363.098 recebível em 24 parcelas de R\$ 600.156 sendo 3 parcelas já recebidas no exercício de 2022.

7. Ativo circulante – Depósitos e cauções

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Bloqueios judiciais	-	4.653.630
Depósitos judiciais	1.026.508	96.606
Cauções	-	111.679
	<u>1.026.508</u>	<u>4.861.915</u>

Bloqueios Judiciais. Essa conta registra os bloqueios judiciais oriundos de processos trabalhistas e processos cíveis desde 2019 até o final do exercício de 2022.

8. Imobilizado

	<u>31.12.2022</u>			<u>31.12.2021</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Móveis e utensílios	1.386.015	(85.243)	1.300.772	1.300.772
Veículos e acessórios nacional	1.841.942	(97.767)	1.744.175	1.744.175
Material didático técnico	119.475	(5.054)	114.421	114.421
Máq., aparelhos e equipamentos	18.118.415	(1.626.363)	16.492.052	16.492.052
Equipamentos de informática	6.791.530	(550.861)	6.240.669	6.240.669
	<u>28.257.377</u>	<u>(2.365.288)</u>	<u>25.892.089</u>	<u>25.892.089</u>

Parcela significativa do saldo de ativos imobilizados se referem a Bens de Terceiros. Ver Nota Explicativa 14.

9. Intangível.

	31.12.2022	31.12.2021
Softwares	2.396.420	2.396.420
Amortização acumulada	(505)	(505)
	2.395.915	2.395.915

10. Obrigações com empregados

	R\$	
	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações com o Pessoal		
- Salários e ordenados a pagar	797.966	1.137.331
- Acordos judiciais trabalhistas	1.542.354	2.331.933
- Pensão alimentícia	7.295	6.208
- Rescisões a Pagar	130.370	-
- Férias a Pagar	74.545	-
- 13º Salário a Pagar	51.974	-
	2.604.504	3.475.472
Encargos sociais		
- INSS	222.442	631.481
- FGTS	379.744	683.493
- INSS acordos trabalhistas	233.165	236.853
- Contribuição Sindical	1.215	-
- PIS	17.827	-
	854.393	1.551.827
Provisões para férias e respectivos encargos sociais		
- Provisão férias	540.093	637.162
- Provisão Encargos s/ férias (INSS, FGTS e PIS)	194.434	194.785
	734.527	831.947
Sindicatos e associações	-	3.066
	4.193.424	5.862.312

11. Obrigações tributárias

	R\$			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações fiscais a recolher:				
• IRRF s/ serviços prestados	918	-	10.698	-
• IRRF s/ trabalho assalariado	1.273.413	-	1.072.747	-
• ISS s/ serviços prestados	10.831	-	39.761	-
• PIS/PASEP	-	-	191.011	-
• COFINS s/ faturamento	-	-	821.861	-
• INSS s/ serviços prestados	272.070	-	277.888	-
• COFINS/CSLL retidos	91.341	-	88.244	-
	1.648.573	-	2.502.210	-
Parcelamentos:				
• PIS/COFINS	8.844	-	8.844	-
• PARC. SIMPLIF. N° 496277882216	115.173	451.093	-	-
• PARC. N° 6964283 – PGFN	422.628	5.468.694	-	-
• PARC. N° 6964271 – PGFN	27.737	442.248	-	-
• PARC. N° 5492711 – PGFN	-	-	457.580	5.524.130
• PARC. N° 5492965 – PGFN	-	-	17.193	338.197
• PARC. SIMP. N° 639820921	102.166	240.335	114.167	327.279
• PRT 2017 – Demais débitos	65.801	218.327	79.570	275.842
• PARC. SIMPLIF. N° 637530187	71.272	142.545	89.090	201.938
• PARC. SIMPLIF. N° 65457122269	60.789	207.695	-	-
• PARC. SIMPLIF. N° 642423792	11.572	35.547	-	-
	885.982	7.206.484	766.444	6.667.386
	2.534.555	7.206.484	3.268.654	6.667.386

12. Processos Judiciais e Acordos Cíveis

A Entidade é parte em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração da Entidade. A Entidade optou por registrar apenas os Acordos Cíveis já pactuados no montante de R\$ 2.190.019.

13. Parcelamentos de obrigações com contratos e convênios

	R\$			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sec. da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI	171.907	1.332.277	171.907	1.489.858
Min. da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI	101.787	50.894	118.752	135.717
	273.694	1.383.171	290.659	1.625.575

Parcelamento Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI

Termo de Parcelamento referente débitos oriundos do Contrato de Gestão nº 001/2016 e Contrato de Gestão nº 001/2018, nos valores de R\$ 1.004.048 e R\$ 715.020, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 1.719.068. O termo em referência foi dividido em 120 parcelas mensais e sucessivas atualizadas até a data do efetivo pagamento com vencimento no dia 15 de cada mês, iniciando em 15.09.2021. A parcela é atualizada pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo).

Parcelamento Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI

Termo de Parcelamento nº 001/2021 referente débito oriundo no Termo de Fomento nº 00040/2016, Plataforma+Brasil nº 836214 - Processo nº 01200.001445/2016-99. O valor do termo é de R\$ 305.632. O presente termo foi dividido em 36 parcelas mensais e sucessivas, com valores nominais de R\$ 8.482 atualizados até a data do pagamento efetivo de cada parcela tendo como data inicial para atualização do débito 28.02.2021. A parcela é atualizada pela fórmula adotada no Sistema de Atualização de Débitos do TCU.

14. Recursos de projetos em execução

	R\$	
	31.12.2022	31.12.2021
Recursos a aplicar:		
- Do Estado de Pernambuco	12.627.849	2.449.939
- De Convênios	-	146.211
	12.627.849	2.596.150
Bens de terceiros	23.138.510	23.138.510
	35.766.359	25.734.660

Recursos a aplicar – Estado de Pernambuco

Ver comentário na Nota 6 (ativo).

Bens de Terceiros

São bens adquiridos através de Convênios ou Contratos de Gestão mantidos com entidades governamentais para execução do Plano de Trabalho dos projetos conforme instrumentos jurídicos pertinentes. Os lançamentos contábeis no que se refere a depreciação desses bens não são computados nas despesas operacionais da entidade, ficando como contas redutoras dos grupos referentes a cada convênio/contrato. A baixa desses bens será efetuada por ocasião do recebimento do termo de doação ou quando for solicitado a transferência de posse pela entidade governamental pertinente.

15. Receita de serviços

	2022	2021
Serviços prestados	4.275.519	3.717.470
Mestrado	1.826.009	1.880.013
	6.101.528	5.597.483

16. Receita financeiras

	2022	2021
Aplicações financeiras	37.383	230
Descontos obtidos	6.938	2.172
Juros ativos	2.989	6.912
	47.310	9.314

17. Despesas com pessoal

	2022	2021
Salários e proventos	4.980.604	3.836.619
Encargos sociais	1.658.360	1.412.765
Benefícios (assistência médica e outros)	530.453	405.731
Indenizações trabalhistas	50.181	1.317.678
	7.219.598	6.972.793

18. Despesas financeiras

	2022	2021
Juros e multas	314.170	800.422
Encargos financeiros de empréstimos	394.649	132.662
Descontos concedidos	169.969	180.291
Tarifas bancárias	36.459	35.497
Variações monetárias passivas	15.718	69.041
Outras	1.190	5.233
	932.155	1.223.146

* * * * *